

continuação res produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM.

5.3.1 - Isenções e contribuições sociais usufruídas: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07.12.2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30.10.2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21 o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2018 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 6.541.977,18. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros.

5.3.2 - Trabalho Voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucro, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2018 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2017 (R\$/hora) no Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016/ Conceição e Coordenação Luiz Afonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Regional de Sorocaba "ADIB Domingos Jatene"** - **Bata Branca** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31.12.2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31.12.2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2018, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Início das Atividades: Em 11.12.2017 a SPDM firmou com a Secretaria de Estado da Saúde o Contrato de Gestão Nº 001.0500.000039/2017, com prazo de 05 anos, e valor global estimado de R\$ 560.906.472,03. Tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde. **Auditoria**

da categoria a que pertence o voluntário. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.846,36. **5.4 - Resultado operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido “zero” face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2018, a instituição reconheceu repasses de R\$ 53.694.859,14, Rendimento da Aplicação de R\$ 923.294,99 totalizando uma Receita de R\$ R\$ 54.618.154,13, esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 49.289.300,62. Desta forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 5.328.853,51. **6 - Das disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/2016 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovadamente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no **7 - Relatório de execução do contrato de gestão:** A unidade SPDM - Hos

sentou o seguinte relatório de execução em 2018:

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2018						
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2018	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Internações						
Saída Hospitalar - Total	135	171	3.774	3.212	3.909	3.383
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	60	28	970	1.043	1.030	1.071
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	75	143	2.804	2.169	2.879	2.312
HD/Cir. Ambulatorial - Total	80	77	1.100	1.041	1.180	1.118
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	500	278	8.800	3.155	9.300	3.433
Consulta de urgência	500	278	8.800	3.155	9.300	3.433
Atendimento Ambulatorial - Total	6.100	1.516	38.500	26.615	44.600	28.131
Consulta médica - Total	4.300	1.121	25.450	19.606	29.750	20.727
Primeira consulta - médica	1.450	471	7.600	6.440	9.050	6.911
Consulta médica Sub.+Inter. - Total (exceto primeira consulta)	2.850	650	17.850	13.166	20.700	13.816
Atendimento não médico - Total	1.800	395	13.050	7.009	14.850	7.404
Sadt Externo - Total	45	36	1.175	1.094	1.220	1.130

8 - Ajuste a valor presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12): Em atendimento às legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obter a liberdade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão ori-

Dr. Carlos Alberto Garcia Oliva - Diretor Técnico	Rita de Cássia Borba Barão - Contadora - CRC/SP 251567/O-9
<p>dos valores correspondentes ao exercício anterior: Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2017, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Desta forma, não existem valores para fins comparativos, visto ser o primeiro ano de atividade da Entidade. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,</p>	<p>independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo/SP, 29.03.2019. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/O4; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.</p>

somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informações Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2018, a unidade apresentou os seguintes dados de produção:

Produção - 2018	
Linha de Atendimento	SUS
Internações	1.071
Saída Hospitalar	3.383
Nº de paciente dia	14.732
Nº de Cirurgias	3.353
Consulta Médica	20.727
Consulta não médica	7.404
SADT - Total (SAI + SIH)	51.526

atal Regional de Sorocaba "Dr. ADIB Domingos Jatene" - Bata Branca, apre-

MEISTERCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.

CNPJ 08.776.950/0001-14

Demonstrações Financeiras do Exercícios Findos em 31 Dezembro (Valores em R\$ mil)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2018, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que julgarem necessários. Itu, 31/12/2018.

A Diretoria

Balanco Patrimonial

20182017

Ativo/Circulante6.3403.712

Caixa ou Equivalente a Caixa (nota 2.3)5.2232.740

Contas a Receber (nota 2.4)8886

Estoques (2.5)846846

Outros Créditos18340

Não Circulante7.5219.790

Créditos a Receber2.3784.647

Permanente5.1435.143

Imobilizado (nota 2.6)5.1435.143

Total do Ativo13.86113.502

Balanco Patrimonial

20182017

Passivo/Circulante847833

Fornecedores1217

Obrigações Sociais e Tributárias5850

Dividendos a Pagar777766

Não Circulante––

Patrimônio Líquido13.01412.669

Capital Social (nota 2.9)4.1484.148

Reserva de Lucros8.8668.521

Total do Passivo13.86113.502

Demonstração do Resultado

20182017

Receita Bruta de Vendas e Serviços801790

Aluguel801790

(-) Impostos Sobre Vendas e Serviços(29)(27)

Receita Líquida das Vendas e dos Serviços772763

Lucro Bruto772763

Despesas(Receitas) Operacionais(181)(182)

Despesas Tributárias(158)(154)

Gerais Administrativas(22)(28)

Despesas Comerciais(1)–

Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro591581

Resultado Financeiro666812

(-) Despesas Financeiras–(3)

(+) Receitas Financeiras666815

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social1.2571.393

(-) Imposto de Renda e C.S.L.L.(212)(339)

Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício1.0451.054

Ações em circulação no final do exercício (em milhares)4.1484.148

Resultado Líquido por Ação0,250,25

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

20182017

Lucro Antes do IRPJ/CSLL1.2571.393

Variações nos Ativos e Passivo

Duplicatas a Receber(2)(9)

Impostos a Recuperar(146)–

Outros Ativos2.273(2.950)

Fornecedores(5)2

Salários e Encargos Sociais822

Outros Passivos–(5)

Caixa Proveniente das Operações3.385(1.547)

Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos(212)(339)

Caixa Líquido Proveniente Atividades Operacionais(212)(339)

Fluxos de Caixa de Atividades de Investimentos

Dividendos pagos(689)(680)

Caixa Líquido de Atividades de Financiamentos(689)(680)

Aumento (redução) Líquido de Caixa

Equivalentes de Caixa2.484(2.566)

Caixa Equivalentes de Caixa no Início do Exercício2.7405.306

Caixa Equivalentes de Caixa no Final do Exercício5.2232.740

2.4 - Contas a Receber:

Contas a Receber registrado pelos valores de fato.

ramento.

2.5 - Estoques:

Os estoques são avaliados ao custo médio critério previsto na legislação fiscal.

2.6 - Ativo Permanente:

O Ativo Permanente foram registrados pelo custo de aquisição - Imobilizado 2018 R\$ 5.143 (R\$ mil).

2.7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

As Demonstrações do Fluxo de Caixa foram elaboradas pelo método indireto.

2.8 - Obrigações Sujeitas a Indexação:

As obrigações sujeitas a Indexação estão atualizadas através dos encargos financeiros correspondentes incorridos até a data dos balanços aqui referidos.

2.9 - Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado em 31/12/ 2018 é de R\$ 4.148. (Quatro milhões cento e quarenta e oito mil), (R\$ mil), e está representado por 4.148 (Quatro milhões cento e quarenta e oito mil) ações ordinárias no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1 – Contexto Operacional: Meistercorp Construtora e Incorporadora S.A.

É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo, tendo iniciado suas atividades em 31/01/2007, e tem como objeto social atividades preponderantes, a) a compra e venda de imóveis, b) o desmembramento de terrenos, c) a incorporação imobiliária, d) a construção de imóveis destinados à venda ou a locação, e) a locação e administração de imóveis próprios e de terceiros.

2 - Resumo das Principais Políticas Contábeis:

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações - Lei 6.404/76, suas alterações e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1 - Base de Preparação:

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e

2.2 - Conversão Moeda estrangeira:

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais.

2.3 - Caixa e Equivalentes de Caixa:

Incluem dinheiro em Caixa, Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras.